



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RECLAMAÇÃO Nº 39838 - MG (2020/0053276-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECLAMANTE** : ABDALLA DANIEL CURI  
**ADVOGADO** : MÁRCIO DE SOUZA BAPTISTA - MG099195  
**RECLAMADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**INTERES.** : ANTÔNIO RUFINO GONÇALVES FILHO

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO STJ. OFENSA DIRETA À DECISÃO DO STJ. NÃO OCORRÊNCIA. SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Para que a reclamação seja admitida, é imprescindível que se caracterize, de modo objetivo, usurpação de competência deste Tribunal ou ofensa direta à decisão aqui proferida, circunstâncias não evidenciadas nos autos.
2. É inadmissível a reclamação ajuizada como mero sucedâneo recursal. Precedentes.
3. Petição inicial indeferida. Processo extinto sem resolução de mérito.

### DECISÃO

Cuida-se de reclamação, com pedido de liminar, ajuizada por ABDALLA DANIEL CURI, em face do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com fundamento nos arts. 988 do CPC/15 e 187 do RISTJ.

O reclamante aduz que, em ação de execução de honorários advocatícios em seu desfavor, na fase de cumprimento de sentença, o TJ/MG desrespeitou as decisões do RESP 1.694.835/MG e do RESP 1.612.689/MG, ao determinar descontos do seu salário de servidor público federal para o pagamento de R\$ 33.608,15 (trinta e três mil, seiscentos e oito reais e quinze centavos).

Assevera que, na espécie, ocorreu afronta à autoridade das decisões do STJ.

### É O RELATÓRIO. DECIDO.

À luz do disposto nos arts. 988 do CPC/15 e 187 do RISTJ, a reclamação, em razão de sua natureza excepcional, destina-se à preservação da competência deste Tribunal e à garantia da autoridade de seus julgados apenas quando objetivamente violados, não podendo servir como sucedâneo recursal para discutir o teor da decisão impugnada.

Como ressaltou a Corte Especial por ocasião do julgamento do

AgRg na Rcl 29.329/MS (DJe de 03/08/2016), a reclamação é cabível para assegurar-se que ordens diretas emanadas do STJ não sejam descumpridas nas instâncias ordinárias, de forma que não se admite o manejo desta ação com o simples intuito de reexame de questões já decididas no Tribunal local.

Os RESPs 1.612.689/MG e 1.694.835/MG, de fato, têm como partes o reclamante e o interessado, ANTÔNIO RUFINO GONÇALVES FILHO.

Da análise da decisão apontada como descumprida do RESP 1.612.689/MG, verifica-se que a mesma apenas reconheceu a negativa de prestação jurisdicional, determinando remessa dos autos e nova análise pelo TJ/MG sobre os argumentos deduzidos pelo reclamante. Em sequência, o acórdão do TJ/MG sanando as omissões indicadas pelo STJ, foi impugnado pelo RESP autuado sob o nº 1.694.835/MG.

Por sua vez, a decisão do RESP 1.694.835/MG, fundamentada em entendimento jurisprudencial do STJ de 2015 e 2016, conheceu parcialmente e deu provimento ao recurso especial do reclamante, "para restabelecer os efeitos da decisão interlocutória que julgou procedente a impugnação ao cumprimento de sentença e desconstituiu a penhora recaída sobre a remuneração do recorrente" (e-STJ fls. 21/24).

O acórdão reclamado, além de declarar que na espécie a penhora de 30% dos vencimentos do reclamante é uma solução justa e não atenta contra a dignidade do devedor, baseou-se na jurisprudência atual do STJ no sentido de que "os honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, têm natureza alimentícia, sendo assim, possível a penhora de 30% da verba salarial para seu pagamento" (AgInt no Resp 1.073.544/SP, 4ª Turma, DJe de 10/10/2018).

Além disso, no bojo da decisão do RESP 1.694.835/MG, não há determinação sobre a impossibilidade de eventual novo pedido de penhora, se sopesados o respeito à dignidade do devedor e o direito do exequente.

Assim, como na hipótese dos autos não sobressai, de modo objetivo, ofensa direta a decisão emanada pelo STJ, sendo nítido o intuito do reclamante para que seja aplicado entendimento que lhe parece favorável como sucedâneo recursal das vias ordinárias, não prospera a presente reclamação. Neste sentido: AgInt na Rcl 39.088/RJ, 1ª Seção, DJe de 13/03/2020; e, AgInt na Rcl 35.259/SP, 2ª Seção, DJe de 12/02/2020.

Forte nessas razões, INDEFIRO liminarmente a petição inicial e, em consequência, JULGO EXTINTA a reclamação, sem exame de mérito, com

fundamento no art. 34, XVIII, "a", do RISTJ.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora